



EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS
Av. José Cândido da Silveira, 1647, - Bairro União, Belo Horizonte/MG, CEP 31170-495

Contrato 400/2023

Processo nº 3050.01.0002114/2023-88

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG E A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO - FAPED, NOS TERMOS A SEGUIR EXPOSTOS.

A **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.138.140/0001-23, com sede na Avenida José Cândido da Silveira, nº 1.647, União, Belo Horizonte/MG, CEP nº 31.170-495, neste ato, conforme Portaria EPAMIG nº 7803, representada por seu Diretor de Administração e Finanças, Leonardo Brumano Kalil, inscrito no CPF/MF sob o nº 546.001.036.53, doravante denominada CONTRATANTE, e a **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO - FAPED**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.849.774/0001-91, com sede na Rua Chichilo Labbate, 167 -Bairro: Cedro e Cachoeira - Sete Lagoas/MG, CEP: 35.700-399, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Robert Eugene Schaffert, inscrito no CPF/MF sob o nº 241.289.296-20, doravante denominada FUNDAÇÃO DE APOIO, sendo denominadas conjuntamente “partes”;

CONSIDERANDO que a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG foi constituída como empresa pública estadual, pela Lei nº 6.310, de 8 de maio de 1974, com a finalidade de desenvolver pesquisas e experimentações relacionadas direta e indiretamente com a agropecuária;

CONSIDERANDO que a missão da EPAMIG é pesquisar, capacitar e apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e da agroindústria, em benefício da sociedade, consoante Decreto Estadual nº 48.191/2021;

CONSIDERANDO que a FUNDAÇÃO DE APOIO está credenciada perante a EPAMIG, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDE, para atuar como gestora administrativa e financeira de seus projetos de pesquisa, extensão, inovação, ensino e desenvolvimento institucional, nos termos da Lei Estadual nº 22.929/18 e do Decreto Estadual nº 47.442/18;

RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO, com fundamento na dispensa prevista no art. 29, VII, da Lei nº 13.303/2016, com observância do constante no processo **SEI nº 3050.01.0002114/2023-88** sob a observância das seguintes normas, no que couber: Lei nº 10.973/04, Lei nº 13.243/16, Lei nº 9.279/96, Código Civil (Lei nº 10.406/02), Lei Estadual nº 17.348/08, Lei Estadual nº 22.929/18, Decreto Estadual nº 47.442/18, Lei nº 13.303/16, Manual da FAPEMIG, na cartilha de Prestação de Contas Financeira e demais regulamentos da FAPEMIG, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC), no que couber, e pelas demais normas que regem a matéria; mediante as cláusulas e condições a seguir expressas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação da FUNDAÇÃO DE APOIO para a gestão administrativa e financeira do projeto "**Efeito de diferentes sistemas de implantação e condução de lavouras cafeeiras no acúmulo de carbono e nos atributos biológicos do solo**", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, nos termos da Lei Estadual nº 22.929/18 e do Decreto Estadual nº 47.442/18.

1.2. Integram este contrato, independentemente de sua transcrição, o **Plano de Trabalho (SEI nº 77908754)** e a proposta da **FUNDAÇÃO DE APOIO (SEI nº 78725296)**, que valerão para todos os efeitos legais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de **46 (quarenta e seis) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, desde que justificada tecnicamente e acompanhada de ajuste do plano de trabalho, nos termos do art. 79, inciso X do Decreto nº 47.442/2018.

2.2. A vigência do presente instrumento jurídico não pode ultrapassar a vigência do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentária - TDCO celebrado com a FAPEMIG (**SEI nº 78728146**).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO, DA GESTÃO FINANCEIRA E DA DESPESA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA

3.1. O valor do presente contrato é **R\$ 185.582,22** (cento e oitenta e cinco mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos)

3.1.1. A CONTRATANTE pagará à FUNDAÇÃO DE APOIO o valor estimado de **R\$6.725,79** (seis mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos), pela gestão administrativa e financeira do projeto citado no item 1.1.

3.1.2. No valor repassado pela CONTRATANTE já estão inclusos o valor que será pago à FUNDAÇÃO DE APOIO pela gestão administrativa e financeira do projeto, à título de Despesa Operacional e Administrativa, **valor que não comportará reajuste**.

3.1.2.1. O valor do presente contrato será repassado à FUNDAÇÃO DE APOIO nos termos da Cláusula Quarta do TDCO celebrado com a FAPEMIG (**SEI nº 78728146**).

3.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.4. Na ocorrência de modificação na legislação pertinente a quaisquer dos tributos incidentes, inclusive que determine a criação ou a extinção, ou mesmo o aumento ou diminuição das alíquotas e bases de cálculo vigentes, posteriormente à data de assinatura deste contrato, os preços previstos nos itens contratados sofrerão exclusivamente as alterações correspondentes às respectivas incidências, na exata proporção em que tais modificações possam aumentar ou diminuir os preços inicialmente estabelecidos.

3.1.5. Os pagamentos feitos à título de despesas operacionais e administrativas deverão ser acompanhados de demonstração dos custos efetivamente incorridos na execução do contrato por parte da FUNDAÇÃO DE APOIO, nos termos Manual da FAPEMIG, na cartilha de Prestação de Contas Financeira e demais regulamentos da FAPEMIG.

3.2. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias nº 2071.19.571.001.4010.0001.3.3.50.43.0.10.1 e 2071.19.571.001.4010.0001.4.4.50.42.0.10.1 conforme TDCO celebrado entre a EPAMIG e a FAPEMIG.

3.3. Os recursos que financiarão o projeto serão realizados conforme cronograma de desembolso financeiro e plano de aplicação de despesa do Plano de Trabalho (**SEI nº 77908754**) e/ou da proposta aprovada (**SEI nº 78725296**).

3.4. A movimentação dos recursos dos projetos gerenciados pelas fundações de apoio deverá ser

realizada exclusivamente em banco oficial indicado pela CONTRATANTE nos termos do art. 164, 3º da CF, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

3.5. Incumbe à FUNDAÇÃO DE APOIO, como forma de boa gestão, em relação a recursos financeiros disponíveis em conta corrente, cuja utilização esteja programada para ocorrer em prazo superior a 10 (dez) dias, efetuar a respectiva aplicação financeira por intermédio da mesma instituição bancária, observado o direcionamento da área financeira da EPAMIG e os seguintes critérios:

- a) Em caderneta de poupança quando previsto o uso do numerário após o prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- b) Em aplicação financeira indicada pela EPAMIG;
- c) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública, quando tiverem que ser utilizados em prazos inferior ao previstos na alínea antecedente.

3.6. Dever-se-á garantir o controle contábil específico para o projeto.

3.7. É vedado o reembolso à terceiros de pagamentos de bens e/ou materiais de consumo para aquisições realizadas fora dos procedimentos de compras geridos pela Fundação de Apoio.

3.8. O saldo financeiro remanescente do projeto deverá ser devolvido à FAPEMIG, através de DAE, e deverá ser apresentado juntamente com o comprovante de pagamento na apresentação da prestação de contas final.

3.9. O ressarcimento das despesas operacionais e administrativas a ser pago à FUNDAÇÃO DE APOIO está sujeito a retenção de tributos federais, conforme art. 74 do **Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018** e artigos 30 e 31 da Lei nº 10.833/03 (CSRF). Havendo previsão legal para dispensa da retenção dos tributos citados, tal dispositivo legal deverá ser citado na Nota Fiscal e/ou Declaração Anexa a cada documento fiscal, sob pena de rejeição pelo Setor Fiscal.

4. **CLÁUSULA QUARTA–DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

4.1. São **OBRIGAÇÕES COMUNS**:

4.1.1. As partes são responsáveis, nos limites de suas obrigações, respondendo por perdas e danos, quando causarem prejuízo em razão da execução do objeto contratual ou de publicações a ele referentes;

4.1.2. Cada parte será responsável pelas medidas concernentes aos seus empregados, servidores, estudantes e terceiros que para si prestem serviços;

4.1.3. As partes deverão cumprir as leis e os regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive quanto à obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos porventura exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, conforme exigências contidas na legislação que trata de matéria ambiental;

4.1.4. As partes deverão observar e fazer com que os envolvidos nos serviços objeto deste contrato respeitem as normas relativas à segurança e saúde do trabalho, empregando todos os materiais e equipamentos necessários, fornecendo e fazendo com que eles utilizem, os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pelas normas de segurança do trabalho;

4.1.5. Nenhuma das partes será responsabilizada pelo descumprimento de suas obrigações contratuais, quando resultante de caso fortuito ou de força maior, conforme disposto no art. 393, em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro;

4.1.6. Ter conduta ética e íntegra, respeitada a Lei anticorrupção nº 12.846, de 2013;

4.1.7. Submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e pelos órgãos de controle competentes e garantindo acesso aos processos, documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

4.2. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- 4.2.1. Nomear um coordenador/gestor responsável pela administração dos trabalhos;
- 4.2.2. Comunicar à FUNDAÇÃO DE APOIO, por escrito, a respeito do interesse na supressão ou no acréscimo contratual, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado;
- 4.2.3. Repassar os recursos à FUNDAÇÃO DE APOIO conforme TDCO celebrado entre a CONTRATANTE e a Fapemig (**SEI nº 78728146**).
- 4.2.4. Analisar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas, que será analisada conforme o Manual e a Cartilha da Prestação de Contas da Fapemig;
- 4.2.4.1. No que concerne à Despesa Operacional e Administrativa, a prestação de contas será conforme Manual da FAPEMIG, na cartilha de Prestação de Contas Financeira e demais regulamentos da FAPEMIG
- 4.3. São obrigações da **FUNDAÇÃO DE APOIO**:
- 4.3.1. Manter-se constituída na forma de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil brasileiro e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência;
- 4.3.2. Manter, durante toda a execução do presente contrato, o atendimento aos princípios que regem a contratante e as condições de regularidade exigidas para sua celebração, nos termos da legislação estadual e regulamentos aplicáveis;
- 4.3.3. Empregar seus melhores esforços e técnicas disponíveis na execução das atividades necessárias à consecução do objeto deste contrato de acordo com as especificações, elementos técnicos, e os termos do plano de trabalho, os quais integram o presente contrato, a partir dos recursos que efetivamente forem repassados pela CONTRATANTE;
- 4.3.4. Executar a gestão financeira e administrativa, tais como compras de material de consumo, equipamentos e contratações de serviços, reserva e compra de passagens, contratação de bolsistas e recursos humanos e demais procedimentos necessários à execução das atividades previstas no plano de trabalho de acordo com o projeto;
- 4.3.5. Promover as contratações de acordo com o Decreto nº 8.241/14, em respeito ao disposto no art. 84 do Decreto Estadual nº 47.442/18;
- 4.3.6. Entregar os bens adquiridos com recursos do presente contrato no local da execução do projeto, adotando todos os procedimentos, inclusive fiscais, para tanto;
- 4.3.7. Submeter à apreciação da CONTRATANTE, para análise e deliberação, qualquer alteração nas cláusulas e condições do presente contrato que se fizer necessária, prestando sempre que solicitada, quaisquer informações ou esclarecimentos a respeito das atividades objeto deste instrumento;
- 4.3.8. Aplicar os recursos exclusivamente no objeto do presente contrato;
- 4.3.9. Comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer fatos que possam impedir ou retardar o andamento dos serviços, apresentando soluções para sanar tais impedimentos, imediatamente após identificação dos fatos;
- 4.3.10. Prestar contas dos recursos transferidos destinados à consecução do objeto pactuado diretamente à CONTRATANTE 30 (trinta) dias antes de cada intervalo de 12 (doze) meses de vigência do TDCO vinculado e, ao final, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência do TDCO, podendo ser solicitada, pela CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias, a prestar contas a qualquer tempo;
- 4.3.11. A devolução proporcional dos recursos recebidos, devidamente corrigidos, no caso de reprovação ou aprovação parcial da prestação de contas financeira;
- 4.3.12. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do projeto, bem como alterações dos valores previstos em plano de trabalho;
- 4.3.13. A FUNDAÇÃO DE APOIO que gozar de quaisquer isenções e/ou imunidade tributária

para o tipo de operação contratual realizada, deverá comprovar tal condição através de documentos hábeis com respectivo prazo de validade na vigência contratual e também deverá compor a prestação de contas;

4.3.14. Em caso de prestação de serviços a FUNDAÇÃO DE APOIO deverá informar o local da prestação de serviços (Estado e Cidade), bem como a correta classificação na Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 em sua Nota Fiscal afim de identificar alguma incidência tributária;

4.3.15. Caberá a FUNDAÇÃO DE APOIO a verificação de possíveis impostos incidentes em todas as operações com terceiros e com a EPAMIG, sendo a FUNDAÇÃO DE APOIO responsável pela apuração, recolhimento e comprovação dos mesmos;

4.3.16. Caberá a FUNDAÇÃO DE APOIO apresentar o Livro de Apuração do ICMS, se couber, e também do ISSQN anexos à prestação de contas para comprovação da correta escrituração das notas fiscais de Produtos, mercadorias e serviços;

4.3.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução da prestação de serviço contidos no projeto;

4.3.18. Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste, se necessário;

4.3.19. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços que lhe compete;

4.3.20. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados que lhe compete em desacordo com o estabelecido neste instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de emissão da notificação pelo fiscal da CONTRATANTE;

4.3.21. Promover a guarda, manutenção e vigilância dos documentos relativos à gestão financeira do projeto, durante a vigência deste contrato e também 10 (dez) anos após a prestação de contas final deste instrumento;

4.3.22. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

4.3.22.1. A apuração de prejuízo será precedida de procedimento administrativo realizado pela CONTRATANTE, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

4.3.23. Realizar a abertura de conta bancária, em banco oficial, exclusiva para promover toda a movimentação dos recursos deste instrumento;

4.3.24. Ao final da vigência contratual o saldo apurado na conta vinculada, inclusive com os rendimentos de aplicação financeira, deverá ser devolvido à FAPEMIG, por meio de DAE – Documento de Arrecadação Estadual;

4.3.25. Disponibilizar para a CONTRATANTE, especialmente à sua Auditoria Interna, ao Departamento de Convênio, Contratos e Orçamento - DPCO e ao coordenador do projeto, acesso em tempo real à gestão financeira do contrato por meio do sistema online de gerenciamento de projetos;

4.3.26. Garantir o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados neste projeto;

4.3.27. Manter sigilo sobre as informações trocadas e geradas durante a execução das atividades do presente projeto, como produtos, processos produtivos e métodos de ensino e análises;

4.3.28. Indicar responsável técnico de seu quadro para desempenhar, durante a gestão financeira do projeto, o controle e fiscalização das ações;

4.3.29. Não realizar despesas anteriores ou posteriores ao prazo de vigência do presente CONTRATO;

4.3.30. Realizar pagamento de diárias de acordo com o Manual da FAPEMIG, na cartilha de Prestação de Contas Financeira e demais regulamentos da FAPEMIG.

4.3.31. Adotar os procedimentos fiscais adequados para o pleno cumprimento do parágrafo primeiro da Cláusula Décima do TDCO, no qual se afirma que os bens móveis adquiridos através dos projetos são de propriedade da FAPEMIG e serão automaticamente doados à EPAMIG;

4.3.32. Arcar, por quaisquer ônus advindos das relações diretas ou indiretas com terceiros estranhos ao presente contrato, bem como acerca da relação com os bolsistas vinculados a instituição, que não implicará em constituição da relação laborativa, empregatícia ou de qualquer natureza.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS EQUIPAMENTOS

5.1. Os bens móveis adquiridos com recursos deste projeto são de propriedade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG e serão doados automaticamente desde a aquisição do bem em favor da CONTRATANTE, nos termos da Portaria FAPEMIG nº 34/2019 c/c art. 13 da Lei Federal nº 13.243/16 c/c art. 79, XV, do Decreto Estadual nº 47.442/18.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA COORDENAÇÃO TÉCNICA E DO FISCAL DO CONTRATO

6.1. Ficam as partes responsáveis por exercer a fiscalização da execução do objeto deste contrato, sendo a CONTRATANTE representada:

Gestor/Coordenador: Regis Pereira Venturin

Fiscal: Vânia Aparecida Silva

Atuará como responsável técnico da **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO - FAPED: Simone Geralda dos Anjos Souza**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA NOVAÇÃO

7.1. A abstenção, pela CONTRATANTE, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato, ou a tolerância no cumprimento de qualquer obrigação FUNDAÇÃO DE APOIO, não será considerada novação, renúncia, perda de direitos oriundos ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo, caracterizando-se como mera liberalidade da parte, para a situação específica.

7.2. A tolerância por qualquer das partes na exigência do cumprimento de obrigação prevista neste contrato, não constitui novação e não exime a parte adimplente de, a qualquer momento, exigir o cumprimento da obrigação.

7.3. A parte que desejar renunciar a quaisquer dos direitos que lhe são atribuídos em virtude do presente contrato deverá fazê-lo por escrito, sendo certo que o referido instrumento deverá ser interpretado restritivamente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1. O presente Contrato poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo, desde que a medida se justifique e desde que tal interesse seja manifestado, previamente por uma das partes, por escrito, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

8.1.1. A alteração não poderá ser referente ao objeto e demais condições a ele relacionadas direta ou intrinsecamente;

8.1.2. O Termo Aditivo deverá ser acompanhado de nova versão do Plano de Trabalho, que abarque as mudanças veiculadas no Termo.

9. CLÁUSULA NOVA – DA CESSÃO DO CONTRATO

9.1. O presente contrato não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a

CONTRATANTE por terceiros.

9.2. Fica vedado à FUNDAÇÃO DE APOIO transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Fica vedado à FUNDAÇÃO DE APOIO subcontratar parte das obrigações assumidas neste Contrato conforme determinação do § 4º do art. 3º da Lei Estadual nº 22.929/2018.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO E DA GARANTIA DO SERVIÇO

11.1. As garantias do serviço são aquelas previstas no Termo de Referência, bem como a estabelecida pela Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor – CDC, a partir da data de recebimento do serviço, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

11.2. As garantias do contrato serão conforme o termo de referência, observadas as diretrizes da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da EPAMIG – Deliberação nº 781 e em consonância com as normas aplicáveis à espécie.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A publicidade dos atos praticados em função deste contrato deverá restringir-se ao caráter científico, tecnológico, educativo e informativo ou de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, CF.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1. Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação, obtenção de processo ou produto, privilegiável ou não, oriundo da execução deste contrato, bem como direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, pertencerão à CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONFIDENCIALIDADE

14.1. As partes declaram estar cientes que, para execução deste contrato, poderão ter acesso a dados e informações confidenciais, motivo pelo qual obrigam-se a:

14.1.1. Não divulgar ou explorar, em espécie alguma qualquer informação de que venham a ter conhecimento em razão do objeto deste Contrato, ainda que após a extinção, por qualquer meio, do presente instrumento;

14.1.2. Caso haja necessidade de que dados e informações sejam retirados do ambiente de qualquer das Partes, por qualquer meio, a outra parte deverá solicitar autorização prévia e formal (por escrito) da parte detentora da propriedade dos dados/informações, ressalvada previsão de tratamento de dados e informações de forma diversa prevista neste instrumento;

14.1.3. Utilizar os dados que lhes forem fornecidos para a execução do objeto deste Contrato única e exclusivamente para as finalidades a que se destinam sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

14.1.4. Guardar sigilo em relação a toda a informação e/ou dados a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais oriundas deste Contrato, devendo assegurar-se de que os empregados, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços de qualquer das partes que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a guardar sigilo profissional;

- 14.1.5. Não utilizar informações e/ou os dados a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços a qualquer das partes, não podendo transmiti-los a terceiros;
- 14.1.6. Não utilizar o nome ou a marca da outra parte, sem seu consentimento prévio e expreso (por escrito);
- 14.1.7. Não revelar a existência ou conteúdo deste Contrato a terceiros estranhos à relação;
- 14.1.8. Havendo extinção deste instrumento, devolver todos os documentos e registros, bem como cópias que contenham informação e/ou dados a que tenha do acesso por conta deste contrato;
- 14.1.9. Manter os dados e os controles de acesso segregados, visando proteger as informações;
- 14.1.10. Manterem-se mútua e permanentemente informados sobre eventuais limitações que possam afetar a prestação dos serviços ou o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor.
- 14.2. As obrigações relativas à confidencialidade das informações e dados previstos na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações contratuais entre as partes, inclusive em relação aos empregados, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços desta.
- 14.3. As partes farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba informações confidenciais, assuma o compromisso de confidencialidade, por meio do documento escrito.
- 14.4. A parte que der causa deverá comunicar à outra, por escrito, a perda ou vazamento de informação e/ou dados ou parte deles, bem como se sofrer ataques de hackers ou qualquer outro incidente de segurança similar.
- 14.5. Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas no contrato nas seguintes hipóteses:
- 14.5.1. informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento das partes na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o contrato pela parte que a revele;
- 14.5.2. informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tornem de domínio público, sem culpa da(s) parte(s);
- 14.5.2.1. Qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais, não será considerada de conhecimento ou domínio público;
- 14.5.3. informações técnicas ou comerciais que sejam recebidas de um terceiro que não esteja sob obrigação de manter as informações técnicas ou comerciais em confidencialidade;
- 14.5.4. informações que possam ter divulgação exigida por lei, decisão judicial ou administrativa;
- 14.5.5. revelação expressamente autorizada, por escrito, pelas partes.
- 14.6. Para efeito dessa cláusula, a classificação das informações como confidenciais será de responsabilidade de seu titular, devendo indicar os conhecimentos ou informações classificáveis como confidenciais por qualquer meio.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 15.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.
- 15.2. No presente contrato, a CONTRATANTE assume o papel de controlador, nos termos do artigo 5º, VI da Lei nº 13.709/2018, e a CONTRATADA assume o papel de operador, nos termos do artigo 5º, VII da Lei nº 13.709/2018.
- 15.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre os dados pessoais compartilhados pela CONTRATANTE e só poderá fazer uso dos dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste contrato, sendo-lhe vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa

autorização da CONTRATANTE, ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

15.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo a operações de tratamento de dados pessoais.

15.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

15.6. A CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

15.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

15.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva a presente contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela EPAMIG serão observadas as determinações que se seguem:

16.2. A EPAMIG exige que os licitantes/contratados observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

16.2.1. “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

16.2.2. “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do contratante;

16.2.3. “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

16.2.4. “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

16.2.5. “Prática obstrutiva” significa:

16.2.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do contratante ou outro órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

16.2.5.2. Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do contratante ou outro órgão de Controle de investigar e auditar

16.3. A EPAMIG rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

16.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo

I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções, o atraso injustificado na execução do contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

17.1.1. O atraso injustificado na execução do contrato submete as partes à multa de mora, nos termos do art. 82 da Lei nº 13.303/16, de 0,3% do valor total desse contrato por dia, até o trigésimo dia de atraso;

17.1.2. A inexecução total ou parcial, aqui incluído o descumprimento de qualquer cláusula do contrato, sujeita as partes às seguintes sanções, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/16:

17.1.2.1. Advertência;

17.1.2.2. Multa, limitada a 2% (dois por cento) por infração cometida, sobre o valor do saldo remanescente do contrato para o caso de inexecução parcial;

17.1.2.3. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato para o caso de inexecução total, sem prejuízo de eventual indenização por perdas e danos.

17.1.3. O procedimento para a aplicação de sanções deverá observar o devido processo administrativo, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. O presente Contrato será extinto:

18.1.1. Por advento do termo final, sem que as partes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

18.1.2. Por denúncia, por meio de manifestação de qualquer das partes, se não tiver mais interesse na manutenção deste contrato, notificando a outra parte com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

18.1.3. Por consenso das partes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado;

18.1.4. Por rescisão, no caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações contraídas em virtude da celebração deste contrato, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível; e

18.1.5. Por decretação de falência, liquidação extrajudicial ou judicial, ou insolvência de qualquer das partes, ou, ainda, no caso de propositura de quaisquer medidas ou procedimentos contra qualquer das partes para sua liquidação e/ou dissolução.

18.2. No caso de descumprimento de obrigação, a parte afetada deverá notificar a outra parte para corrigir a infração no prazo de 30 (trinta) dias, findo os quais este contrato considerar-se-á resolvido, caso a infração não tenha sido corrigida dentro daquele período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da obrigação de indenizar as perdas e danos incidentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, devidamente caracterizadas e comprovadas.

18.3. Havendo a extinção do ajuste, cada uma das partes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento e deve devolver todos os documentos e registros, bem como cópias que contenham informação e/ou dados a que tenha do acesso por conta deste acordo.

18.4. A extinção deste Contrato não desonera as partes, por si e por seus sucessores, quanto às obrigações de propriedade intelectual e confidencialidade dispostas no presente Instrumento, obrigando-se as partes, a qualquer título, a observarem o disposto nestas Cláusulas, mesmo após o término de vigência, resolução ou rescisão deste Contrato.

18.5. Nos casos de extinção deste Contrato, que não seja com o advento do termo final, as pendências ou trabalhos em fase de execução serão definidos e resolvidos por meio de um “Termo de Encerramento de Contrato”, que defina e atribua as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e das pendências, inclusive no que se refere ao destino de bens eventualmente colocados à disposição das partes, assim como os direitos correspondentes.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – MATRIZ DE RISCO

19.1. A EPAMIG e a FUNDAÇÃO DE APOIO identificam os riscos decorrentes do presente contrato e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, os alocam à parte com maior capacidade para geri-los na Matriz de Riscos apresentada no Termo de Referência.

19.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da FUNDAÇÃO DE APOIO.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

20.1. Os serviços contratados deverão ser executados somente para fins indicados no Plano de Trabalho.

20.2. As partes concordam em não utilizar o nome da outra parte ou de seus empregados em qualquer propaganda, informação à imprensa ou publicidade relativa ao contrato ou a qualquer produto ou serviço decorrente deste, sem a prévia aprovação por escrito da parte referida.

20.3. O presente contrato não estabelece nenhum vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e a FUNDAÇÃO DE APOIO, estando a relação existente entre ambas as partes inteiramente restrita aos termos deste instrumento.

20.4. Cada parte arcará com a responsabilidade de ordem civil, penal, trabalhista, previdenciária, administrativa ou decorrente de acidente de trabalho, em relação à sua equipe mobilizada para realização das atividades deste contrato.

20.5. Se, durante a vigência deste contrato, qualquer disposição nele contida vier a ser declarada ilegal e/ou inexecutável, tal declaração não afetará a validade e/ou exequibilidade do texto remanescente, que permanecerá em pleno vigor e efeito.

20.6. Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao contrato poderá ser feita pelas partes, por e-mail, fax, correios ou entregue pessoalmente no respectivo endereço da parte notificada, conforme as seguintes informações:

a) CONTRATANTE: EPAMIG SUL - CAMPO EXPERIMENTAL DE LAVRAS - CELA - Rodovia Lavras/Ijaci Km 02 - Lavras/MG, CEP: 37200-970, (35) 3829-1190, regis@epamig.br.

b) FUNDAÇÃO DE APOIO: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO - FAPED - Rua Doutor Campos Júnior, 49, Centro, Sete Lagoas/MG, CEP: 35.700-039, (31) 3177 9799, simone.anjos@faped.org.br.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ANTINEPOTISMO

21.1. É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor da CONTRATANTE e demais ICTs que atue na direção da fundação e de ocupante de cargo de direção superior da CONTRATANTE e demais ICTs do Estado apoiadas pela fundação.

21.2. É vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:

a) dirigente da fundação;

b) servidor das CONTRATANTE e demais ICTs do Estado;

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da fundação ou de servidor da CONTRATANTE e demais ICTs do Estado por

ela apoiadas.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre as partes, devidamente formalizados, observados os preceitos do Código Civil e da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, da Lei nº 13.303/2016 e do RILCC.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. A CONTRATANTE publicará o extrato deste contrato no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Minas Gerais (DOMG-e) e no site da EPAMIG.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. As questões decorrentes da execução do presente contrato e dos instrumentos específicos dele decorrentes, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro de Belo Horizonte/MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, o qual é assinado eletronicamente via SEI!MG.

Belo Horizonte/MG/2023.

Leonardo Brumano Kalil

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG

Robert Eugene Schaffert

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO - FAPED



Documento assinado eletronicamente por **Robert Eugene Schaffert, Usuário Externo**, em 26/12/2023, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Brumano Kalil, Diretor (a)**, em 26/12/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **79440086** e o código CRC **15467CE1**.

NOTIFICAÇÃO Nº 575/2023

O Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, por ato do seu Diretor-Geral Antônio Carlos de Moraes, na forma do Art.12, do Decreto Nº 47.859, de 07 de fevereiro de 2020, diante da impossibilidade de localização do autuado, faz publicar a notificação do JULGAMENTO PROCEDENTE do auto de infração dos autuados a seguir relacionados, cabendo recurso a ser apresentado em uma das unidades de fiscalização do IMA, no prazo da lei. A não apresentação de recurso à penalidade imposta no prazo de até 20 (vinte) dias a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, exaure a instância administrativa. Notificados:

Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
Anderson de Souza Maia	***647.576-**	3127122019141727	Lei 10.021/89, art. 5º, I
Cristiane Soares Reis	***816.056-**	3111032022150915	Lei 10.021/89, art. 5º, I
Domingos Pereira de Alcântara	***768.706-**	3123072018150748	Lei 10.021/89, art. 5º, I
Hildebrando Moreira do Nascimento	***891.306-**	3123042020085554	Lei 10.021/89, art. 5º, II
Joenir Resende da Mata	***860.186-**	3127122019154414	Lei 10.021/89, art. 5º, I
Maria Gomes de Moraes	***375.176-**	3118072018151651	Lei 10.021/89, art. 5º, I
Ronildo de Souza	***424.056-**	023375_série D	Lei 10.021/89, art. 5º, IV
Uziel Pereira de Souza	***814.578-**	3118072018152429	Lei 10.021/89, art. 5º, I

8 cm -26 1888738 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO

O INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA realizará a licitação Pregão Eletrônico 95/2023. Tipo: Menor preço. Objeto: Reagentes e Produtos Químicos. A sessão do pregão iniciará no dia 29/01/2024, às 10h00min, no site www.compras.mg.gov.br. Inf: compras@ima.mg.gov.br.

2 cm -26 1888477 - 1

TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO Nº36/23- SEI 2370.01.0021583/2023-16

Partes: IMA e CONSORCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA. Objeto: Permissão de Uso do Veículo placa NXX 0712. Vigência: 60 meses a partir de sua assinatura em 26/12/2023.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA SEI Nº 2370.01.0009680/2023-36

PARTES: IMA E ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE BOVINOS DE PATROCÍNIO. Objeto: Posto de Atendimento. Vigência 60 meses a partir de sua assinatura em 22/12/2023.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA SEI Nº 2370.01.0021309/2023-42

PARTES: IMA E O MUNICÍPIO DE IBITURUNA. Objeto: Posto de Atendimento. Vigência 60 meses a partir de sua assinatura em 22/12/2023.

4 cm -26 1888753 - 1

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato nº 9406781, firmado entre o INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA E A EMPRESA47.145.009 DONIZETE DIVINO ANTONIO DA SILVA. Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 74/2023. Objeto: contratação de SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÃO – ESCRITÓRIO SECCIONAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG. Valor total: R\$87.004,80 (oitenta e sete mil quatro reais e oitenta centavos). Vigência: 12 (doze) meses, a partir da publicação. Dotações Orçamentárias nº: 2371.20.609.042.4550.0001.3.3.90.39.22.1.95.1 Assinatura: 26/12/2023. Signatários: Antônio Carlos de Moraes, pela contratante DONIZETE DIVINO ANTONIO DA SILVA, pela contratada.

3 cm -26 1888460 - 1

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Contrato nº 9406781, firmado entre o INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA E A EMPRESA47.145.009 DONIZETE DIVINO ANTONIO DA SILVA. Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 77/2023. Objeto: contratação de serviço de serviços de reparação, manutenção, adaptação e conservação de imóveis. Valor total: R\$112.643,34 (cento e doze mil seiscentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos). Vigência: 12 (doze) meses, a partir da publicação. Dotações Orçamentárias nº: 2371.20.609.042.4550.001.3.3.90.39.22.1.95.1 Assinatura: 26/12/2023. Signatários: Antônio Carlos de Moraes, pela contratante DONIZETE DIVINO ANTONIO DA SILVA, pela contratada.

3 cm -26 1888461 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO

O INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA realizará a licitação Pregão Eletrônico 81/2023. Tipo: Menor preço. Objeto: Drones. A sessão do pregão iniciará no dia 30/01/2024, às 10h00min, no site www.compras.mg.gov.br. Inf: compras@ima.mg.gov.br.

1 cm -26 1888501 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE RECURSOS

EDITAL CONSESC Nº 01/2023

EDITAL DE SELEÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE MINAS GERAIS – CONSESC / BIÊNIO 2023-2025

ID da resposta	Nome Completo	Segmento para candidatura	Resposta do Recurso
2	Gustavo Rosental Silva	Música	Recurso Indeferido - Descumprimento do item 3.7 letra c. Foi apresentada apenas uma carta de recomendação, de empresa privada e não de associação cultural.
80	Izabela Lorraine Ferreira	Moda	Recurso Indeferido - Descumprimento do item 3.7 letra c. Foi apresentada apenas uma carta de recomendação dentro do prazo, as demais foram apresentadas posteriormente e fora do prazo.
100	Joao Michel Daniel Ferreira	Cultura alimentar e gastronomia	Recurso Indeferido - Descumprimento do item 4.4 - Envio de recurso fora do prazo.

Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo
Presidente do Consec

Jussara Braga Bastos
Presidente da comissão

Thayná Fernandes Araújo Paes
Membro da comissão

Antonio Carlos Pimenta Diniz
Membro da comissão

Daiany Soares Sarmento
Membro da comissão

Andressa Iza Gonçalves
Membro da comissão

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2023.
Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

16 cm -26 1889188 - 1

EXTRATO DE RESULTADOS

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL EDITAL CONSESC Nº 01/2023

EDITAL DE SELEÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE MINAS GERAIS

O Secretário de Estado de Cultura e Turismo, no uso de atribuições legais e estatutárias, faz saber aos interessados da divulgação do resultado definitivo do EDITAL DE SELEÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE MINAS GERAIS – CONSESC / BIÊNIO 2023-2025. Após a análise dos recursos e decisão da comissão eleitoral, bom como da instância superior, o presidente do Consec, o resultado definitivo encontra-se disponível no site da Secult (www.secult.mg.gov.br).

Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2023.

Leônidas José de Oliveira
Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

4 cm -26 1889174 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 1271002580/2022, celebrado entre Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e o Município de São Geraldo, publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 27/12/2022, página 2, Edições e Avisos, com a finalidade de prorrogação de vigência até 24 de abril de 2024. Assinatura: 26/12/2023.

2 cm -26 1888373 - 1

EXTRATO DE ATA

No dia 28 de novembro de 2023, às 13h50, realizou-se o sorteio de pareceristas para integrar este processo conforme estabelecido no edital EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01 LPG/2023 (74865095). O sorteio foi realizado na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, nas dependências da Cidade Administrativa. No 11º andar, onde fica sediada a secretaria, no computador de trabalho do servidor Bruno Schitino. Participaram do sorteio os seguintes servidores: BRUNO RODRIGUES SILVA SCHITINO MASP: 13073887 - Superintendência de Fomento, Capacitação e Qualificação JADE FERNANDES CESARIO ALVIM MASP: 13367537 - Superintendência de Fomento, Capacitação e Qualificação KÁTIA GOMES ROCHA MASP: 13369236 - Controladoria Geral do Estado - Auditoria Setorial Secult VIVIANE ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA MASP 13652961 - Diretoria de Logística e Aquisição E a seguinte estagiária: MARY HELLEN MARTINS DA COSTA CPF: xxx.734.916-xx O sorteio ocorreu por meio da plataforma https://sorteador.com.br, validada pelo setor de tecnologia da informação da Secult conforme e-mail(78449266) e gerou o link para conferência do sorteio: https://resulta.do/74dd820ec949

A ordem do sorteio foi a que segue:

- 1. Quezia Mara Argentino Ferreira Ramalho;261729
- 2. Agumario Pimentel Silva;261421
- 3. Regina Levy;261831
- 4. Katia Maria da Costa Carvalho;246657,
- 5. Jordan Maia da Silva Padilha;255185,
- 6. Emanuel Mauricio de Menezes;258853,
- 7. Sandro Juliat;261970,
- 8. Ramon da Silva Moraes;260867,
- 9. Jonara Salete Fabiane;249087,
- 10. Arlinda Celeste Alves Da Silveira;262038,
- 11. Elinaldo José Rodrigues;261158,
- 12. Valentina de Andrade Pires;245713,
- 13. Marcus Vinicius Pereira das Dores;242052,
- 14. Elisa Marcondes Ferraz Alcocer; 261711
- 15. Charlene Cabral Pinheiro;257889
- 16. Augusto Zeiser;258182
- 17. Rafael Pereira Santos;242076
- 18. Sidnei de Carvalho Pereira Junior
- 19. Rebeca Debora Finguermann
- 20. Carlos Eduardo Valinoti Da Costa;244330,
- 21. Ana Beatriz Borrego;257995,
- 22. Mariana Pinheiro e Moreira;246031,
- 23. Selma Braga;245862,
- 24. Isabel Miranda de Carvalho;262144,
- 25. Ana Paula Sbrissa;249061,
- 26. Alexandra Jackie Vasconcelos Santos;248203,
- 27. Yano Silva;258454,
- 28. Lailla Nayara Alves de Brito Soares;242226,
- 29. Patricia Da Cunha Langlois;253088,
- 30. Matheus Fernando Rodrigues;243738,
- 31. Vânia Célia de Oliveira;243165,
- 32. Anna De Carvalho Cavalcanti;246534,
- 33. Allan André Lourenço;243468,
- 34. Roberto Carlos Gomes de Sousa;254932,
- 35. Bruno Leis de Souza Faria;261165,
- 36. Daniel Paiva de Macedo Júnior;252001,
- 37. Ereni Pimenta Dos Santos;247023,
- 38. Vinicius Muniz Pereira;258805,
- 39. Débora de Souza Simões;244205,
- 40. Vivian Rocha Silva Andrade Ribeiro;257594,
- 41. Silvia Maria Fornasaro Barretto Prado;257271,
- 42. Murillo Pereira De Jesus;257513,
- 43. Gustavo Abreu Reis;258793,
- 44. Mirian Ester Argentino Ferreira Gonçalves;262039,
- 45. Wanessa Pires Lott;241828,
- 46. Ingrid Fiorante;261204,
- 47. Luiz Antonio de Freitas Barata;257011,
- 48. Marco Antônio Crispim Machado;254599,
- 49. Vera Rodrigues De Mendonça;259977,
- 50. Fernanda Costa Demier Rodrigues;253510,
- 51. Andreia Ribeiro;249496,
- 52. Vanêssa Maria Alvares Cançado;244142,
- 53. Paula Gotelip de Souza Corrêa;249808,
- 54. Ana Paula Alves Fernandes;262187,
- 55. Rebeca Casagrande Felizzola;257638,
- 56. Frederico Augusto Vianna de Assis Pessoa;262224,
- 57. Bruno Iury Fracchia;253533,
- 58. Luiz Guilherme de Sousa Lima Pádua;242512,
- 59. Marcos Prado Rabelo;249489,
- 60. Marina Assis Fontanillas;248365,
- 61. Cadija Cardozo Costa;245889,
- 62. Renata Diniz Pinto Roquete;260688,
- 63. Mailine Bahia Fernandes;244134,
- 64. Uildemberg da Silva Cardeal;255420,
- 65. Daniel Caldeira de Melo;243006,
- 66. Anna Paula Pereira Pontes;262115,
- 67. Eder Sumariva Rodrigues;242123,
- 68. Diana De Hollanda Cavalcanti;251196,
- 69. Guilherme Laureano Coelho De Moura;241579,
- 70. Larissa Caroline Domingues;261345,
- 71. Marta Corrêa Machado;242271,
- 72. Maira Cibele Lima;259333,
- 73. Thais Lima dos Reis;249310,
- 74. Dionatan Daniel da Rosa;256759,
- 75. Ariel Lucas Silva;261657,
- 76. Sayonara Bezerra Malta;250297,
- 77. Rosceli Vita Silveira;243325,
- 78. Marcelina de Moraes Bastos ;254942,
- 79. Carolina Marques Henriques Figueira;259731,
- 80. Saulo Sandro Alves Dais;261996,
- 81. Renata Fernandes Fontanillas;258202,
- 82. Lidia Aparecida Rodrigues Silva Mello;241431,
- 83. Marianna Gonçalves de Carvalho;243462,
- 84. Leticia Martins Dias;257110,
- 85. Marcos Dias Nunes;261782,
- 86. André Alexandre Mendes Freitas;261079,
- 87. Camilla Macedo Ferreira Mikos;260715,
- 88. Renate Stephanes Soboll;242597,
- 89. Monica Christine Hubert Zafita;243205,
- 90. Eduardo Raach;242367,
- 91. George Varanese Neri;261903,
- 92. Edilson Walney Martins;259416,
- 93. Margarida Gomes Da Silva;258049,
- 94. Marcelle Darrieux De Castro;249101,
- 95. Monique Bezerra Da Silva;254311,
- 96. Alvaro Ribeiro Assad;254129,
- 97. Marta Haas;261192,
- 98. Daniela Jaime Smith;259442,

- 99. Aurea Ferreira Chagas;255908,
 - 100. Mariela Felisbino Da Silveira;261036,
 - 101. Lorraine Oliveira Nunez;260508,
 - 102. Ana Silveira Martins;257620,
 - 103. André Huchi Dib;262227,
 - 104. Tânia Maria Seabra Rocha Da Silveira;241301
 - 105. Maria Livia Nobre Goes;243668,
 - 106. Larissa Rizzatti Gomes;247464,
 - 107. Rafael Borges Demimicis;243535,
 - 108. Marcelo Rangel Lima;261812,
 - 109. Francisco Fernando Braga Menezes;260432,
 - 110. Marcelo Yamazaki Carvalho;241951,
 - 111. Leandro Tabosa Do Nascimento;262134,
 - 112. Aziel Kumagai Antunes Sampaio;252705,
 - 113. Naiara Vieira Reis;262077,
 - 114. Rôger Borges Araújo;261686,
 - 115. Maria Clara Terra Escobar ;244309,
 - 116. Adson Rodrigo Silva Pinheiro ;254860,
 - 117. Ronaldo Pinheiro Duarte;260746,
 - 118. Lisete Bertotto Corrêa Soares;257288,
 - 119. Andrea Carina Mengarda;258217,
 - 120. Leticia Soares Delgado dos Santos;259928,
 - 121. Iris Pereira Gonçalves;261852,
 - 122. Samara Taiana De Lima Silva;261977,
 - 123. Camila Geracelly Xavier Rodrigues Dos Santos;257737,
 - 124. Maria Da Conceicao Reis Rosiere;261641,
 - 125. Márcio Henrique Melo De Andrade;248725,
 - 126. Maria Lucia Rodrigues Vieira;256638,
 - 127. Mariana Amaral Delfino Rodrigues;241791,
 - 128. Caio César Assis De Resende;250271,
 - 129. Tiziane Assunção Virgílio;242091,
 - 130. Marta Cesar;261255,
 - 131. Rodrigo Gomes Wanderley;243630,
 - 132. Carlos Renato Dos Santos;242090,
 - 133. Regiane Miciano;248938,
 - 134. José Luis de Freitas;257672,
 - 135. Carine Araujo Ribeiro;260664,
 - 136. Lennon Martins Sousa;261584,
 - 137. Elisângela de Oliveira Dantas ;248288,
 - 138. Ricardo Luiz De Souza ;242918,
 - 139. Gisella Cardoso Franco;258163,
 - 140. Philippe de Castro Passos;248672,
 - 141. Lia Bahia Cesário;250187,
 - 142. Thyaise Lucas Guedes De Souza;245547,
 - 143. Leticia Nascimento Santiago;256511,
 - 144. Iago Veiga Confort Lorena;247054,
 - 145. Aressa Egly Rios Da Silveira;261923,
 - 146. Marcelo Custodio Da Cruz;254692
- O sorteio foi encerrado às 15h56 e está fielmente descrito nesta ata lavrada por mim, Jade Cesarário Alvim, assinada digitalmente e validada por todos os servidores presentes à ocasião.

37 cm -26 1888365 - 1

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Extrato do Termo de Fomento Nº 1271002264/2023. Participes: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e a Nonada Associação Cultural; Objeto: Aquisição de Bens Permanentes para Estruturação do Cineclube Goiânia. Valor: R\$ 90.000,00; Dotação Orçamentária Estadual: 1271 13 392 056 4322 0001 4 4 50 42 01 0 10 8; Assinatura: 27/12/2023. Vigência: 365 dias.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Extrato do Termo de Fomento Nº 1271002265/2023. Participes: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e o Grupo Folclórico Aruanda; Objeto: Contratação de Serviços e Aquisição de Bens para realização do Festival de Cultura Popular; Valor: R\$ 180.000,00; Dotação Orçamentária Estadual: 1271 13 392 056 4322 0001 4 4 50 42 01 0 10 8 e 1271 13 392 056 4322 0001 3 3 50 41 01 0 10 8; Assinatura: 27/12/2023. Vigência: 365 dias.

4 cm -26 1889218 - 1

CONTRATAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Objeto: Contratação de pareceristas referente ao edital de credenciamento LPG nº 01/2023 - Lei Paulo Gustavo, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência DESPACHO. À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o parecer referencial nº 16.665/2023 em conformidade ao disposto no CAPUT do artigo 25 da Lei Federal 8.666/1.993, e nos termos do inciso II do art. 2º da Resolução Conjunta Seflag/AGE nº 10.742/2023, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei 8.666/93, ratifico a inexigibilidade de licitação do processo de compra nº 1271005-42/2023, dos pareceristas credenciados através do edital de credenciamento LPG nº 01/2023 no valor máximo de R\$. 10.000,00(dez mil reais), por contrato. Dotações orçamentárias: 1271 13.392.056.4262.0001.3390.36.99.0.57.1 e1271.13.392.056.4262.0001.3390.36.99.0.17.1

Belo Horizonte 26 de dezembro de 2023.

Igor Arci Gomes
Subsecretário de Estado de Cultura.

4 cm -26 1889185 - 1

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Extrato do Termo de Fomento Nº 1271002211/2023. Participes: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e a Escolinha Evangélica de Educação Infantil; Objeto: Contratação de Serviços e Aquisição de Bens para realização de Oficinas Culturais; Valor: R\$ 99.967,03; Dotação Orçamentária Estadual: 1271 13 392 056 4322 0001 3 3 50 41 01 0 10 8 e 1271 13 392 056 4322 0001 4 4 50 42 01 0 10 8; Assinatura: 26/12/2023. Vigência: 365 dias.

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO

Extrato do Termo de Fomento Nº 1271002247/2023. Participes: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e a Associação Coral Flor da Terra; Objeto: Contratação de Serviços para realização do Seminário Estação da Cultura; Valor: R\$ 300.000,00; Dotação Orçamentária Estadual: 1271 13 392 056 4322 0001 3 3 50 41 01 0 10 4; Assinatura: 26/12/2023. Vigência: 365 dias.

4 cm -26 1889204 - 1

Fundação Clóvis Salgado - FCS

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PARTES: Fundação Clóvis Salgado e Telhas Galvanizadas Imacefer Ltda – EPP Processo: 2180.01.0002585/2023-40 DESPACHO: Ratifico a situação de dispensa de licitação, no uso da competência delegada pela Portaria FCS nº 022 de 26 de novembro de 2013, nos termos do Memorando Proju/FCS nº 251/2023, com fulcro no art. 24, da Lei Federal 8.666/93, objetivando a contratação da Telhas Galvanizadas Imacefer Ltda - EPP, cujo objeto é aquisição de telha trapezoidal para a manutenção do telhado do Palácio das Artes, ao valor estimado total de R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). Publique-se. Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2023 Kátia Marília Silveira Carneiro, Chefe de Gabinete da Fundação Clóvis Salgado

3 cm -26 1888687 - 1

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PARTES: Fundação Clóvis Salgado e Unitech do Brasil Ltda PROCE SSO:2180.01.0002516/2023-60 DESPACHO: Ratifico a situação de dispensa de licitação, no uso da competência delegada pela Portaria FCS nº 022 de 26 de novembro de 2013, nos termos do Memorando Proju/FCS nº 247/2023, com fulcro no art. 24, da Lei Federal 8.666/93, objetivando a contratação da Unitech do Brasil Ltda, cujo objeto é a contratação de serviço de confecção de vestuários, camisetas e calças para equipe da manutenção e camisetas para o setor de Imprensa, ao valor estimado total de R\$ 2.865,80 (dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos). Publique-se. Belo Horizonte, 26 de dezembro de 2023 Kátia Marília Silveira Carneiro, Chefe de Gabinete da Fundação Clóvis Salgado

3 cm -26 1888695 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202312270239020149.